

## A (NÃO) REPRESENTAÇÃO DAS LÍNGUAS DA AMÉRICA LATINA NO MERCOSUL

Dimitria Giovanna Costa Ferreira\*

**Resumo:** O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um importante bloco tanto no cenário internacional quanto na região da América Latina. Apesar de ter surgido por pretensões econômicas, a influência do Bloco perpassa a dimensão linguística. Considerando que o Mercosul possui três línguas oficiais (português, espanhol e guarani), este trabalho pretende analisar como essas línguas são representadas dentro de quatro âmbitos do Bloco, isto é, nos documentos fundacionais, no Conselho do Mercado Comum (CMC), no Parlamento do Mercosul (PARLASUL) e na Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH). A partir da análise composta por textos oficiais, como atas, decretos e normativas, disponíveis nos sites oficiais do Mercosul, foi averiguado que o espanhol é a língua que predomina nos textos, seguido do português e do guarani – este não está presente em nenhum texto analisado. Apesar do Bloco indicar, em seus textos formais, um tom de garantia quanto à presença das línguas oficiais, o resultado da pesquisa acusou a predominância do espanhol, possivelmente pela priorização do princípio de territorialidade (WILLIAMS, 2012), tendo em vista que três dos quatro países membros são hispanofalantes. Além disso, constatou-se que o Mercosul destina poucos esforços institucionais para a diminuição das assimetrias linguísticas dentro do Bloco.

**Palavras-chave:** Mercosul. Português. Espanhol. Guarani. Documentos oficiais.

**Abstract:** The Southern Common Market (Mercosur) is an important trade bloc both on the international scene and in the Latin American region. Despite having emerged by economic pretensions, the Bloc's influence permeates the linguistic dimension. Considering that Mercosur has three official languages (Portuguese, Spanish, and Guarani), this work aims to analyze how these languages are represented in four areas of the Bloc: the core documents, the Common Market Council (CMC), the Mercosur Parliament (PARLASUR), and the Meeting of High Authorities on Human Rights (RAADH). From the analysis composed of official texts, such as minutes, decrees, and norms, all available on the official websites of Mercosur, it was found that Spanish is the predominant language in the texts, followed by Portuguese and Guarani – which is not present in any of the texts analyzed. Although the Bloc indicates in its formal texts a tone of guarantee of space to all official languages, the result of the research demonstrated the predominance of Spanish, possibly due to the prioritization of the territoriality principle (WILLIAMS, 2012), given that three of the four-member countries are Spanish-speaking. In addition, it was found that Mercosur allocates few institutional efforts to reduce linguistic asymmetries within the Bloc.

**Keywords:** Mercosur. Portuguese. Spanish. Guarani. Official documents.

### Introdução

Em 26 de março de 1991, por iniciativa do Brasil e da Argentina, foi criado o Mercado Comum do Sul — o famoso Mercosul. Composto não somente pelos dois países idealizadores, mas também pelo Uruguai e o Paraguai, o Bloco é hoje um dos maiores do mundo e o mais expressivo da América Latina. Com sede em Montevidéu, o Bloco tem como objetivo principal a criação de uma zona de livre comércio, que facilite a circulação e o acesso aos produtos dos quatro países. Apesar da amplitude do Mercosul no campo econômico, é

\*Graduada em Letras Português e Respectiva Literatura. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, UnB, Brasília, Distrito Federal, Brasil. [dimitriacostaf@gmail.com](mailto:dimitriacostaf@gmail.com)

notável a sua influência em outras esferas, como a política, a cidadã, a educacional, cultural e, não menos importante, a linguística.

Como qualquer outro bloco do mundo, o Mercosul elegeu suas línguas oficiais: o português e o espanhol, além do guarani, a pedido do Paraguai. Apesar da inclusão desta língua no Bloco, a legislação considera apenas o português e o espanhol como línguas de trabalho. No geral, as línguas oficiais de uma organização internacional nem sempre coincidem com as línguas de trabalho, isto é, as línguas usadas nas práticas diárias da organização, como troca de e-mails e comunicação nas reuniões. Fatores como língua predominante na região de trabalho e a hegemonia global do inglês interferem nessa realidade.

É admirável a riqueza linguística da América Latina. Sendo berço e lugar de centenas de línguas, é possível notar como, entretanto, não ocupam o mesmo espaço de prestígio na região (ARNOUX, 2018). E sendo o Mercosul importante agente no cenário internacional, sobretudo na parte Sul da América Latina, faz-se necessário analisar como suas línguas se manifestam em seus espaços internos e ressoam na coletividade em que atuam.

Nesse contexto, o presente artigo pretende analisar como as três línguas oficiais do Bloco se apresentam nos documentos oficiais emitidos pelos órgãos constitutivos do Mercosul. Dentre várias, quatro instâncias foram escolhidas para a análise documental: os documentos fundacionais (*core documents*), o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Parlamento do Mercosul (PARLASUL) e a Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH). A partir de documentos disponibilizados na Internet, sobretudo nos sites oficiais do Bloco, a análise observa se as três línguas oficiais são tratadas com igualdade nessas esferas, ou se há alguma que prevalece em detrimento das outras. Por fim, discutiremos se o Mercosul direciona esforços para reconhecer o plurilinguismo típico da América Latina.

### **As línguas nas organizações internacionais**

Vivemos em um mundo cada vez mais marcado pelo aprofundamento das conexões econômicas, culturais e políticas entre os diversos países ao redor do globo. Dessa forma, as organizações internacionais (doravante OIs) exercem um papel importante no cenário mundial. Mesmo que o inglês seja considerado língua hegemônica internacional, como observaremos adiante, o alcance mundial das OIs propulsiona a presença de múltiplas línguas.

Até o início do século XX, o francês era a principal língua no campo internacional, sobretudo nas práticas diplomáticas (HAMEL, 2005). Por mais que o francês hoje não tenha o

mesmo espaço internacional se comparado aos séculos XVII e XVIII, ainda assim é língua de peso nas instituições diplomáticas, além de bastante propagada por políticas linguísticas baseadas na ideia de francofonia (CALVET, 2007).

Na metade do século XIX, o inglês começa a tomar proporções maiores no cenário internacional e eventualmente se configura a língua símbolo do imperialismo. Hamel (2005) discute que o processo do inglês ter se tornado uma língua hegemônica envolve fatores “econômicos, políticos e culturais” (p. 23)<sup>1</sup>. O exponencial crescimento dos Estados Unidos ao longo do século XX e a eventual conquista do título de potência hegemônica caracteriza o crescimento do inglês no cenário internacional. Assim, já no despontar do século XX, essa língua trilha seu caminho para mais tarde se tornar língua hipercentral — na terminologia de De Swaan (1993).

Além do francês e do inglês, o espanhol é outra língua presente no cenário internacional. Falada atualmente por 580 milhões de pessoas (ANUÁRIO DO INSTITUTO CERVANTES, 2019), a dispersão dessa língua pelo mundo inicia no século XVIII, quando o Império Espanhol perde suas forças após a instalação das colônias na América do Sul. No século XIX, se torna a principal língua dos países hispano-americanos recém-independentes (HAMEL, 2005, p. 15). Os países da América do Sul foram responsáveis por manter o espanhol em peso no mundo, seja pelo número de falantes, seja pela presença atualmente em várias OIs — como no Mercosul.

Quando falamos de políticas linguísticas, em geral, podemos observar duas esferas de atuação e análise (CALVET, 2007). Uma delas é a *in vivo*, ou seja, a gestão na forma como as pessoas lidam com a língua no cotidiano e sem intervenções formais, como leis e decretos. A outra é a *in vitro*, que são gestões na esfera do poder, envolvendo o Estado e políticas formais. Em ambos os casos, certos impasses podem surgir entre os níveis individuais e territoriais, uma vez que nem sempre é fácil delimitar onde começa um e termina o outro. O que prevalece para o uso de uma língua: o direito individual ou o territorial?

Segundo Williams (2012), durante o processo de formalização pelo qual uma língua passa a ser considerada oficial por um Estado, podemos observar a prevalência de dois princípios: o da personalidade e o da territorialidade. O de territorialidade reconhece uma língua a partir de um território, onde a língua é nacional ou oficial. Já o de personalidade

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: “In sum, the leap of English from being one colonial language among others, to become the hegemonic world language implies a number of complex processes” (HAMEL, 2005).

reconhece o direito individual que cada falante possui para usar o idioma de sua preferência — mas, ainda assim, dentro das limitações impostas pelo Estado.

A Declaração dos Direitos Humanos, emitida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, e a ascensão das Organizações Não Governamentais (ONGs) no cenário internacional provocaram uma mudança de paradigma em relação ao tratamento das línguas dentro das OIs. Se antes o direcionamento sobre o caráter oficial das línguas era voltado para a noção de territorialidade, pautada na força que certos países tinham no cenário internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial possibilitou a construção de um paradigma direcionado aos direitos individuais quanto à manifestação das línguas (VARENNES, 2012). Dessa forma, as restrições impostas pelas línguas de maior peso dentro das OIs para o exercício da cidadania dos indivíduos foram questionadas. A partir dessas reivindicações, várias organizações se direcionaram ao multilinguismo<sup>2</sup>, mesmo que em pequena escala, na tentativa de dar conta da diversidade linguística dos respectivos países que compunham as OIs.

Segundo Varennes (2012, p. 152), para a avaliação das políticas linguísticas dentro das OIs, é necessário considerar três níveis de análise:

- a) Línguas para deliberações próprias;
- b) Línguas de trabalho dentro das estruturas internas das organizações supranacionais (uso diário, interno e formal);
- c) Línguas usadas nas comunicações e intercâmbios com outras organizações e com o público.

Varennes (op. cit) afirma que em muitas OIs prevalece a lógica de várias línguas no âmbito oficial, mas na esfera prática predominam as línguas mais usadas na região onde o escritório está localizado. Mesmo que algumas OIs reconheçam a importância do plurilinguismo, muitas línguas parecem se restringir a meros procedimentos formais, havendo uma espécie de abordagem de “colcha de retalhos” (p. 153)<sup>3</sup>. Segundo o autor, a prática das grandes organizações, como a ONU, demonstra a tendência do prevalecimento de uma língua nas atividades internas — e provavelmente será o inglês. É comum observar assimetrias

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, diferenciamos “multilinguismo” de “plurilinguismo” (HAMEL, 2003): o primeiro conceito preconiza a diversidade de línguas como uma adversidade. Por essa perspectiva, uma OI reconhece superficialmente a diversidade linguística, mas não elabora muitos esforços in vivo ou in vitro para promover a presença das línguas. Já o segundo conceito remete ao incentivo e à garantia da multiplicidade linguística, sem necessariamente vê-la como uma ameaça. Dessa forma, a OI faz esforços significativos para reconhecer e garantir a representação das diferentes línguas em seus âmbitos.

<sup>3</sup> Tradução nossa: “patchwork approach” (Varennes, 2012, p. 153).

significativas nas representações e nos usos que cada língua, seja oficial ou não, recebe dentro das OIs.

Além disso, Varennes (2012, p. 161) analisa que as OIs de caráter regional acabam por privilegiar uma língua em relação às outras, caso haja mais de uma língua oficial ou de trabalho. O Mercosul é uma exceção, uma vez que o português e o espanhol — duas das três línguas oficiais do Bloco — possuem uma relação de paridade formal (op. cit).

Em relação ao intercâmbio com outros países ou blocos, Varennes (2012) afirma que as OIs de atuação regional priorizam o inglês, que se sobrepõe momentaneamente às línguas oficiais. Nesse tópico, Hamel (2003, p. 136) afirma que o Mercosul constitui uma barreira à hegemonia do inglês, uma vez que o Bloco não destina esforços consideráveis para essa língua.

Considerando os conceitos propostos por Willians (2012) e Varennes (2012), analisaremos a manifestação das línguas oficiais do Mercosul (português, espanhol e guarani) no contexto documental, além de observar se este Bloco destina esforços rumo ao plurilinguismo.

### **O Mercosul e suas línguas**

O Mercosul, fundado a partir do Tratado de Assunção de março de 1991, constitui hoje o maior bloco de integração regional da América Latina. Os quatro países signatários originais criaram o embrião do Bloco que, posteriormente, se tornaria a maior zona de livre comércio da região. O Mercosul conta, atualmente, com três línguas em status de oficialidade: português, espanhol e guarani. Contudo, o processo de oficialização não foi simultâneo para todas elas, uma vez que o português e o espanhol foram considerados idiomas oficiais em 1991 e o guarani, mais de dez anos depois, em 2006.

O Tratado de Assunção de 1991, documento que criou o Mercosul, estabelece em seu artigo (art.) 17 que as línguas oficiais do Bloco serão o português e o espanhol e que “a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país-sede de cada reunião”. Ao definir que os ofícios serão redigidos na língua do país em que o evento acontece, o princípio de territorialidade (WILLIAMS, 2012) se torna a fundamentação para o exercício e o espaço tomado pela língua.

Outro documento fundacional, o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, que institucionaliza o Mercosul, estabelece em seu art. 32, inciso II, a função da Secretaria Administrativa de

realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do Mercosul, conforme previsto no Artigo 39. (BRASIL, Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1994)

Já o guarani teve sua oficialidade garantida pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (doravante CMC), nº 35, de 15 de dezembro de 2006. Falado em vários países da América do Sul, dentre os quais alguns pertencentes ao Bloco (Paraguai, Argentina e Brasil), o guarani conta com aproximadamente 15 milhões de falantes, sendo 85% deles somente no Paraguai (ZARRATEA, 2008). A pedido desse país, o guarani foi incorporado também pelo Bloco, recebendo o status de língua oficial. Contudo, o art. 2 da CMC em questão afirma que “os idiomas de trabalho no Mercosul serão os idiomas oficiais estabelecidos no artigo 46 do Protocolo de Ouro Preto” — isto é, o português e o espanhol. Dessa forma, a presença do guarani em ambientes de trabalho, especialmente na esfera diária, não é garantida formalmente — mesmo sendo uma língua expressiva na América Latina.

Observamos que são três as línguas oficiais: português, espanhol e guarani, mas seus usos plenos se restringem meramente à realidade formal ou também estão presentes nos mais diversos espaços criados e promovidos pelo Mercosul? Por espaço compreende-se:

- a) Os documentos fundacionais;
- b) As instâncias e performances internas, como órgãos, institutos, foros de consulta, comissões, grupos (inclusive *ad hoc*) e subgrupos, fóruns e reuniões.

O art. 1 do Protocolo de Ouro Preto define que a estrutura institucional do Mercosul contará com seis órgãos principais, sendo o Conselho do Mercado Comum (CMC) a instituição máxima do Bloco. Os órgãos principais são acompanhados por outros auxiliares, como foros de consulta, grupos e subgrupos, institutos, comissões, programas e reuniões sobre temas específicos.

Como analisado anteriormente, Varennes (2012) estabelece três níveis de análise para as políticas linguísticas dentro das OIs. Por mais que todas essas esferas sejam de suma importância para a constituição das organizações, internacionais ou regionais, este trabalho focará no primeiro nível, referente à **análise das línguas usadas nas deliberações próprias**. Isto possibilitará a análise de documentos emitidos pelos diferentes espaços do Bloco, como atas de reuniões e assembleias, decisões, decretos, livros e websites, obtidos principalmente através dos sites oficiais na Internet.

Dessa forma, observaremos como o Bloco representa (ou não) as línguas da América Latina, em especial o português, o espanhol e o guarani, em quatro esferas: I) nos documentos fundacionais, II) no CMC, no III) Parlamento do Mercosul (PARLASUL) e, por fim, na IV) Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH).

### **As línguas usadas nos documentos fundacionais (*core documents*)**

Antes de adentrarmos as esferas institucionais, faz-se necessário observar as línguas usadas nos documentos fundacionais (*core documents*) do Mercosul, uma vez que são esses tratados e protocolos que pautarão e nortearão as ações do Bloco como um todo.

Os documentos fundacionais do Mercosul são seis:

- a) Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum — *Tratado de Asunción para la Constitución de un Mercado Común*;
- b) Protocolo de Ouro Preto (Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul) — *Protocolo de Ouro Preto (Adicional al Tratado de Asunción sobre la Estructura Institucional del Mercosur)*;
- c) Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile — *Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el Mercosur, la República de Bolivia y la República de Chile*;
- d) Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no Mercosul — *Protocolo de Olivos para la Solución de Controversias en el Mercosur*;
- e) Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul — *Protocolo de Asunción sobre Compromiso con la Promoción y Protección de los Derechos Humanos en el Mercosur*;
- f) Protocolo Constitutivo do Parlamento Mercosul — *Protocolo Constitutivo del Parlamento del Mercosur*.

Os *core documents* do Mercosul podem ser encontrados em português e espanhol no site oficial do Mercosul<sup>4</sup>, ainda que tenham sido redigidos em localidades onde essas línguas não são oficiais. Ademais, não há registros desses seis documentos em guarani. A incorporação do guarani como idioma oficial do Mercosul, em 2006, não gerou nenhum movimento em direção à disponibilização dos documentos fundacionais nessa língua, provavelmente pelo fato de que todos esses protocolos e tratados foram redigidos e assinados

---

<sup>4</sup> Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/> (versão em português) e em <https://www.mercosur.int/documentos-y-normativa/textos-fundacionales/> (versão em espanhol).

antes da sua oficialização (de 1991 a 2005). Por mais que a oficialidade tenha ocorrido após a assinatura dos textos, a ausência de tradução posterior é uma barreira que impede o acesso de informações relevantes sobre o Mercosul para os(as) falantes monolíngues de guarani.

Dos seis textos fundacionais do Mercosul, anteriormente mencionados, apenas os documentos a (art. 17), b (arts. 32, 39 e 46) e d (art. 58) contêm um parágrafo que versa sobre as línguas no contexto do Bloco, definindo que os documentos de trabalho deverão ser redigidos nas línguas oficiais dos países-sede.

### **As línguas usadas no Conselho do Mercado Comum (CMC)**

O Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão máximo do Mercosul, foi criado pelo Tratado de Assunção, em 1991, e logo estruturado pelo Protocolo de Ouro Preto, em 1994. Formado pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Economia dos Estados-membros, o CMC é o responsável por constituir o mercado comum dentro do Mercosul, através de políticas de integração e de decisões que visem ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos documentos fundacionais. É um dos três órgãos decisórios do Bloco e a única instância que possui autorização para criar outros órgãos.

A importância do CMC dentro do maior Bloco da América Latina deve ser levada em consideração ao analisarmos os documentos gerados por ele. Apesar de ser o órgão supremo, não conta com um site oficial próprio. A principal fonte de informações sobre sua atuação está no site oficial do Mercosul. Uma vez escolhido o CMC dentro da lista de órgãos disponíveis no site, na página referente às ‘listas de reuniões e documentos oficiais dos Mercosul’, é possível encontrar 70 registros de documentos redigidos entre 1991 e 2020<sup>5</sup>. Desse total, dois documentos foram resultados de videoconferências, devido à situação da pandemia de COVID-19. Por meio da análise de cada ata emitida, foi possível constatar que 52 delas estão em espanhol e 18, em português. Contudo, nenhuma está em guarani.

A presença do espanhol predomina em relação ao português e, sobretudo, ao guarani. O próprio fato da maioria (três de quatro) dos Estados-membros serem hispanofalantes propulsiona a forte presença do espanhol.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/33354\\_CMC\\_2010\\_ACTA01-Ex\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/33354_CMC_2010_ACTA01-Ex_PT.pdf).



## As línguas usadas no Parlamento do Mercosul (PARLASUL)

Criado em 2005, com sede no Uruguai, o PARLASUL promove a representação cidadã e fortalece o âmbito parlamentar e jurídico do Bloco. O Parlamento é composto por 18 parlamentares de todos os países-membros, eleitos(as) segundo critério demográfico. O PARLASUL é responsável por elaborar projetos e anteprojetos de normas, emitir pareceres, declarações, recomendações, relatórios de estudo e disposições, além de solicitar opiniões consultivas.

Em relação aos idiomas oficiais do órgão, a página ‘Idiomas’ do site oficial<sup>6</sup> do PARLASUL afirma que:

No Parlamento do MERCOSUL, todos os idiomas possuem importância: todos os documentos são publicados em todas as línguas oficiais do MERCOSUL e cada Parlamentar tem direito a exprimir-se na língua oficial da sua preferência. Garante-se, assim, a transparência e o acesso de todos os cidadãos aos seus trabalhos e documentos. São idiomas oficiais do Parlamento: Espanhol, Português e Guarani. (SITE DO PARLAMENTO MERCOSUL, SEÇÃO LÍNGUAS OFICIAIS, 2021)

Apesar do Protocolo Constitutivo do Parlamento Mercosul, firmado em 9 de dezembro de 2005, não destinar um artigo para o tratamento das línguas oficiais, a referida página ressalta que, formalmente, os documentos emitidos por esse órgão serão disponibilizados em três línguas e que seus membros poderão fazer uso igual delas. Nessa perspectiva, o Bloco reconhece o direito individual do(a) falante, isto é, do membro desse parlamento, para o uso da língua — mesmo que limitado a três.

Em 7 de março de 2014, o PARLASUL assinou um convênio de cooperação com a Secretaria de Políticas Linguísticas e passou a considerar o guarani língua de trabalho do órgão.<sup>7</sup> Essa iniciativa também visa garantir a seleção e a disponibilização de tradutores desses idiomas para a sede do Parlamento. Até esse momento, essa parceria marca um novo direcionamento linguístico em um dos espaços do Bloco, sobretudo na esfera prática.

Apesar do tom de garantia de que os documentos oficiais serão publicados em três línguas, a análise de 152 atas de reuniões ordinárias e de sessões, produzidas entre 2007 e 2021<sup>8</sup>, demonstrou que 143 delas estão em espanhol, nove em português e nenhuma em

<sup>6</sup> Disponível em <https://www.parlamentomercosur.org> (versão em português) e em <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/13017/2/parlasur/parlasul---pagina-principal.html> (versão em espanhol).

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/8222/2/parlasur/lingua-guarani-se-torna-idioma-oficial-de-trabalho-do-parlamento-do-mercosul.html> (versão em português).

<sup>8</sup> Disponíveis em:

guarani. Todas as sessões e reuniões do PARLASUL contam com a participação de representantes de todos os Estados-membros (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e muitas delas são abertas ao público. Contudo, a documentação não faz jus à diversidade linguística do Bloco, visto que apenas 6% dos textos estão em português e nenhum está disponível em guarani.

O espanhol é a língua mais presente nas deliberações internas do PARLASUL, fazendo jus, em parte, ao art. 17 do Tratado de Assunção, mas não em relação às suas próprias palavras, quando estas afirmam que todas os documentos serão publicados em português, espanhol e guarani, pois carregam a mesma importância.

### **As línguas usadas na Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH)**

A Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH) é um âmbito para a coordenação intergovernamental sobre políticas públicas voltadas aos direitos humanos. É um dos 19 espaços para reuniões de ministros(as) e altas autoridades, subordinado apenas ao CMC. Criado em 16 de dezembro de 2004, o espaço se compromete a discutir e promover a proteção dos direitos humanos através dos meios institucionais do Bloco.

O site oficial da RAADH<sup>9</sup> marca uma diferença em relação aos outros analisados: apresenta, além do português e do espanhol, uma versão em guarani (avañe'ẽ). Mas, ainda assim, as informações disponíveis são limitadas, se comparadas às versões em português e espanhol.

A RAADH conta com nove comissões permanentes, que discutem sobre temas e políticas públicas voltadas para pessoas idosas, comunidade LGBTI, questões de gêneros, entre outros. A partir da análise composta por 379 documentos provindos das nove comissões, entre eles atas de reunião, agendas, anexos e livros, constatou-se que 269 estão em espanhol, 110 em português e nenhum em guarani. A elaboração desses documentos parece seguir, novamente, o art. 17 do Tratado de Assunção, uma vez que a localidade da reunião interferiu na língua escolhida.

Além disso, o site oficial da RAADH disponibiliza uma seção chamada 'Documentos'<sup>10</sup>, onde é possível encontrar normativas, agendas, atas de plenário e

---

[https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/innovafrent/documentos\\_oficiales.jsp?titulo=&anio=0&tipo=0&mdaction=search&channel=parlasur&site=2&contentid=7445](https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/innovafrent/documentos_oficiales.jsp?titulo=&anio=0&tipo=0&mdaction=search&channel=parlasur&site=2&contentid=7445) (versão em português).

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.raadh.mercosur.int/gn/> (versão em espanhol).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.raadh.mercosur.int/pt-br/documentos/> (versão em português).

declarações. Novamente, o espanhol predomina no corpo desses documentos: de 115 textos disponíveis, 93 estão em espanhol, 22 em português e nenhum em guarani.

Assim como no PARLASUL, a análise dos documentos provindos da RAADH denota a forte presença do espanhol, em detrimento do português e do guarani. Contudo, o órgão inova ao prover um site na versão guarani, permitindo que seus(suas) falantes, sobretudo monolíngues, encontrem algumas informações básicas sobre a história e as funções da RAADH — ainda que não permita o acesso ao corpo dos documentos.

### **Da paridade formal entre as línguas do Mercosul**

Por meio da análise dos documentos fundacionais e de documentos emitidos por três outros espaços do Mercosul, foi possível perceber que o espanhol é o idioma de maior peso, seguido do português e do guarani. Com exceção dos *core documents*, o espanhol representa mais de 70% dos textos selecionados de cada um dos três espaços (CMC, PARLASUL e RAADH).

Na primeira dimensão analisada, os documentos fundacionais, foi possível encontrar uma paridade formal entre português e espanhol, uma vez que todos os seis tratados e protocolos que fundam e estruturam o Mercosul estão disponíveis em ambas a línguas.

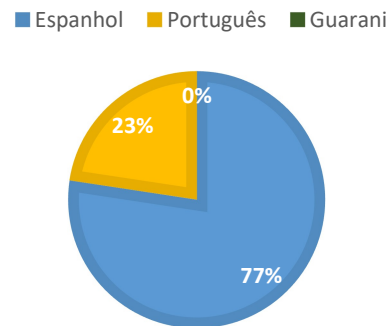
No CMC, segundo espaço observado, o espanhol representa 74,3% dos textos examinados. Já o português expressa 25,7% deles. O guarani não está em nenhum documento dessa instância.

Já o terceiro âmbito examinado, o PARLASUL, é o que mais expõe o domínio do espanhol: 94% dos documentos observados estão nessa língua. O português carrega uma baixa expressividade e o guarani não aparece em nenhum corpo de texto. Porém, dos espaços analisados, o Parlamento foi o único que instituiu o guarani como língua de trabalho, assegurando, em nível formal, que tradutores e intérpretes estejam disponíveis em caso de necessidade.

Por fim, a RAADH é o único espaço que conta com uma versão do site em guarani, tornando a acessibilidade um pouco maior aos falantes monolíngues dessa língua. Contudo, de todos os documentos analisados nessa esfera, 73,3 % estão em espanhol; 26,7% em português; e nenhum em guarani. Assim, um(a) falante monolíngue dessa última língua terá acesso a poucas informações do site, e não aos textos em si.

Podemos resumir o resultado de todos os documentos analisados — 728 no total — na seguinte proporção (GRÁFICO 1):

**Gráfico 1** — Línguas presentes nos 728 documentos analisados



Fonte: Elaborado pela autora com base em documentos oficiais do Mercosul (2021).

Ao menos nos documentos oficiais, o Mercosul prioriza o princípio de territorialidade, tendo em vista que a localização geográfica é fundamental para estabelecer a língua de uso dos textos. O direito linguístico que cada indivíduo possui para se comunicar em uma determinada língua não foi levado em consideração pela maioria dos espaços em questão.

Varenes (2012) afirma que há uma paridade formal entre as línguas de trabalho do Mercosul. O Mercosul provê o status de oficialidade às duas línguas de maior peso político e econômico na região, garantindo, ao menos formalmente, seu uso dentro das instâncias do Bloco. Porém essa configuração não se aplica ao guarani, que, mesmo escolhida como língua oficial, não é considerada para a elaboração dos documentos. Ainda em relação ao princípio de territorialidade, há prioridades distintas. Se o Mercosul seguisse o próprio art. 17 do Tratado de Assunção, disponibilizaria versões dos documentos em guarani para as reuniões ocorridas no Paraguai — que, junto ao espanhol, é língua oficial desse país. Ao contrário, só encontramos textos em espanhol, o que denuncia a falta de paridade formal do guarani em relação às outras duas línguas do Bloco — seja em território paraguaio ou não.

O art. 32, inciso II, do Protocolo de Ouro Preto determina que a Secretaria Administrativa realizará traduções autênticas para o português e o espanhol de todas as decisões adotadas pelos órgãos do Mercosul. O acesso aos documentos oficiais, contudo, mostra outra realidade. Por mais que o português e o espanhol tenham uma paridade formal dentro do Bloco, suas presenças não se manifestam igualmente na prática. Uma vez que a sede do Mercosul está no Uruguai e três dos quatro países-membros são hispanofalantes, o espanhol predomina em relação aos outros idiomas. Além disso, o fato de ser uma língua de

forte expressividade no cenário internacional propulsiona seu status de língua protagonista do Mercosul.

### **Outras representações linguísticas no Mercosul**

Os poderes que o Mercosul, enquanto personalidade jurídica, adjudica a seus membros e, ao mesmo tempo, a restrição do Bloco frente aos pressupostos de soberania que cada Estado carrega parecem recair nas línguas escolhidas e efetivadas dentro da OI. O Bloco, que pretende integralizar os países do Cone Sul, enfrenta imposições e consequências históricas do processo de formação das nações, verdadeiras comunidades imaginadas (ANDERSON, 2008), no contexto da América Latina. E a ideia de nação é construída, em parte, pela língua.

Uma língua é carregada de vieses culturais, históricos, sociais e nacionais. Hamel (2001) aponta como no Uruguai o uso do português por comunidades do extremo norte, datadas da época colonial, é visto como uma ameaça para a unidade uruguaia. Ou como, além disso, a Argentina não fez grandes esforços institucionais pós-Mercosul para a expansão do português como língua estrangeira em seu sistema educacional. Pelo contrário: priorizou um direcionamento exclusivo ao espanhol, em todo o território argentino, indo contra os princípios instituídos pelo Setor Educacional do Mercosul (SEM), instituição criada em 1991 para coordenar políticas educativas voltadas aos países-membros do Bloco.

Mesmo que haja esforços institucionais para uma integração entre os países-membros e associados, como o SEM, alguns linguistas (Hamel, 2001; Arnoux, 2010) apontam como, na prática, cada país acaba por priorizar suas línguas nacionais e oficiais nas formulações das políticas linguísticas. O que vemos são nações cada vez mais voltadas a uma política homogeneizadora, sem muitas vezes levar em consideração as línguas dos países vizinhos e outras línguas nacionais — principalmente no que concerne às línguas indígenas.

Arnoux (1997) aborda como as elites dos membros do Mercosul, sobretudo da Argentina, até os dias atuais, priorizam para o ensino de línguas estrangeiras, aquelas com maior prestígio, como o inglês, o francês, o italiano e o alemão. Nessa questão, Hamel (2003) afirma que, ao menos no Brasil, o espanhol consolidou sua presença, especialmente no meio educacional, a partir da presença de graduações e cursos livres em língua espanhola e da Lei 11.161/05, promulgada em 5 de agosto de 2005, que instituiu, a oferta da língua espanhola no ensino médio. O contrário — países hispanofalantes promovendo a língua portuguesa — não ocorre com frequência na América Latina.

Principalmente para Arnoux, faltam interesse e comprometimento por parte dos(as) responsáveis pela implementação de políticas linguísticas rumo à integração, bem como uma certa sensibilização para o tratamento das línguas dentro do Bloco:

Parto da premissa de que a má implementação das decisões de órgãos como o Mercosul Educacional ou os respectivos parlamentos deriva, por um lado, da falta de conscientização dos formuladores de políticas públicas e dos funcionários para os problemas da integração regional; e, por outro lado, que estas questões ocupam pouco lugar na agenda pública e, acima de tudo, que existe um descompasso entre as declarações e a imaginação coletiva que poderiam sustentá-las. (ARNOUX, 2010)<sup>11</sup>

Ainda que o Mercosul seja uma instituição sólida e impactante dentro da América Latina, sobretudo na esfera econômica e, nos últimos anos, na dimensão política e cultural, ainda há muito a ser feito se o objetivo for criar e firmar uma cooperação baseada na identidade latino-americana. Passando pelo nível individual, até chegarmos em níveis macros, o conceito de uma aliança precisa ser trabalhado, também, no imaginário coletivo. Caso contrário, cada país-membro continuará a priorizar direcionamentos excludentes e, muitas vezes, homogêneos, permanecendo limitado aos seus próprios interesses.

Se as OIs, de maneira geral, e o Mercosul, especificamente, tiverem em seus horizontes o que Hamel (2003) denomina plurilinguismo, ou seja, a ideia de que a heterogeneidade das línguas enriquece, ao contrário do “de facto multilinguismo”, que preconiza a diversidade linguística como um problema, poder-se-ia abarcar a grande heterogeneidade e riqueza das línguas que compõe a América Latina, sobretudo das línguas indígenas. Afinal, no caso do Mercosul, “não há praticamente nenhum risco de que a revitalização e o apoio institucional às línguas indígenas e de imigrantes possam de alguma forma afetar as duas línguas oficiais”<sup>12</sup> (HAMEL, 2003, p. 137).

Além disso, segundo Hamel (2003), o Bloco é uma barreira à crescente hegemonia do inglês, uma vez que o uso intenso do espanhol e do português as tornam línguas supercentrais na região latina. Conforme o linguista:

---

<sup>11</sup> Tradução nossa: “Parto de que la pobre realización de las decisiones de los órganos como el Mercosur educativo o los respectivos parlamentos deriva, por un lado, de la poca sensibilización de los decisores de políticas públicas y de los funcionarios a la problemática de la integración regional; y, por el otro, de que estos temas ocupan escaso lugar en la agenda pública y, sobre todo, de que hay un desajuste entre las declaraciones y los imaginarios colectivos que podrían sostenerlas” (ARNOUX, 2010).

<sup>12</sup> Tradução nossa: “[...] there is virtually no risk that the revitalisation and institutional support of indigenous and immigrant languages could in any way affect the two official languages [...]” (HAMEL, 2003, p. 137).

Embora o inglês certamente não esteja ameaçando as línguas oficiais do Mercosul na sua vitalidade ou nos seus domínios tradicionais, o português e o espanhol podem funcionar como uma barreira contra a hegemonia internacional do inglês e a sua invasão de domínio, particularmente nas relações internacionais, no comércio, na ciência e na tecnologia. (HAMEL, 2003, p.136)<sup>13</sup>

Sendo um bloco de grande expressividade internacional, é de certa forma esperado que o Mercosul priorizasse o inglês — como ocorre em outras OIs. Contudo, o Bloco faz das duas línguas expressivas da região seus principais meios de prática — ainda que internamente haja diferenças práticas entre as línguas oficiais. Dessa forma, o Mercosul se torna um grande agente potencializador para o crescimento de outras línguas que não o inglês no cenário internacional.

Hamel (2001) defende que as políticas linguísticas que visam à integração da América Latina não devem se restringir à planificação típica da formação do Estado-nação, mas sim ser parte de um projeto heterogêneo, que incentiva o plurilinguismo e a interculturalidade.

## **Conclusões**

A influência do Mercosul no campo linguístico é notável. Como qualquer outra OI, o Bloco possui línguas oficiais e de trabalho — e nem sempre ambas se confundem. No caso do Mercosul, três são as línguas em estado de oficialidade: português, espanhol e guarani. Considerando os três níveis de análise proposto por Varennes (2012) e o âmbito escolhido para aplicar a metodologia, os documentos oficiais do Mercosul provindos de quatro espaços (documentos fundacionais, o CMC, o PARLASUL e a RAADH), foi possível analisar que, em tese, há três línguas possíveis para deliberações. Na prática, o espanhol prevalece, seguido do português e do guarani — este, inexistente ao menos dentro dos 728 documentos analisados.

As línguas de trabalho são o português e o espanhol, conforme estabelecido pelo art. 46 do Protocolo de Ouro Preto, de 1994. Até o momento, o único âmbito do Mercosul que estabelece o guarani como língua de trabalho é o PARLASUL.

No Mercosul, o princípio de territorialidade (WILLIAMS, 2012) impera, uma vez que o fator territorial é levado em consideração para o uso de língua. Porém, esse mesmo princípio

---

<sup>13</sup> Tradução nossa: “Although English is certainly not threatening Mercosur’s official languages in their vitality or in their traditional domains, Portuguese and Spanish could function as a barrier against the international hegemony of English and its domain invasion, particularly in the fields of international relations, trade, science and technology” (HAMEL, 2003, p. 136).

não é levado ao seu limite: as reuniões que acontecem no Paraguai não contam com versões documentais em guarani, língua oficial do país.

Caracterizar uma língua como oficial deveria presumir um respeito à sua efetivação e, se há mais de uma, a igualdade no tratamento deveria prevalecer. Contudo, a realidade, ao menos documental, denuncia uma assimetria linguística dentro do Bloco. Algumas iniciativas como o SEM tentam efetivar a integração no campo educacional, incentivando uma mudança nas políticas linguísticas de cada país. Contudo, até o momento, há mais desequilíbrios do que vontade profunda de integração cultural, ideológica e linguística.

Uma região tão rica linguisticamente como a América Latina precisa debater, instrumentalizar e tornar possível a presença de suas línguas. Se a intenção é fortalecer o ideal latino-americano, é necessário trabalhar também no campo do imaginário coletivo, além de considerar a importância das línguas nesse processo. Respeitar a grande diversidade de línguas, tanto nessa região quanto em outras partes do mundo, é fundamental caso desejemos garantir a pluralidade linguística.

### Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARNOUX, E. N. de; BEIN, Roberto. **Problemas político-lingüísticos en la Argentina contemporánea**. Quo vadis Romania? Zeitschrift für eine aktuelle Romanistik. Vienne: Université de Vienne, 1997.

\_\_\_\_\_.; VALLE, José del. Las Representaciones Ideológicas del Lenguaje: discurso glotopolítico y panhispanismo. In: **Ideologías lingüísticas y el español en contexto histórico**. New York: CUNY Academic Works, 2010.

\_\_\_\_\_. Cómo el Proceso de Integración Regional Sudamericana Interroga a la Glotopolítica. In: SOUSA, Socorro C. T.; ROCA, María del Pilar; PONTE, Andrea S. (orgs.). **Temas de política lingüística no processo de integração regional**. São Paulo: Pontes Editora, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 350, de 21 de novembro de 1991**. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL), 1991.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 1.901, de 17 de dezembro de 1994**. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL (Protocolo de Ouro Preto). Brasília, 1994.



\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.** Dispõe Sobre o Ensino da Língua Espanhola. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2017.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas.** Prefácio Gilvan Müller de Oliveira; tradução Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

DE SWAAN, Abram. **The emergent world language system: an introduction.** International Political Science Review, 1993, v. 14, n. 3, p. 219-226.

DIRETRIZES. **Site do Mercosul.** Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/diretrizes/>. Acesso em 11 de mai. de 2021.

DOCUMENTOS Oficiais da Sessão. **Parlamento do Mercosul.** Disponível em: [https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/2016/templates/buscador\\_documentos.jsp?itulo=&anio=2016&iam=2&cmdaction=search&channel=parlasur&site=2&contentid=13240](https://www.parlamentomercosur.org/parlasur/2016/templates/buscador_documentos.jsp?itulo=&anio=2016&iam=2&cmdaction=search&channel=parlasur&site=2&contentid=13240). Acesso em 15 de mar. de 2021.

EL Español, una Lengua que Hablan 580 Millones de Personas, 483 Millones de Ellos Nativos. **Anuário do Instituto Cervantes.** Disponível em: [https://www.cervantes.es/sobre\\_instituto\\_cervantes/prensa/2019/noticias/presentacion\\_anuario\\_madrid.htm](https://www.cervantes.es/sobre_instituto_cervantes/prensa/2019/noticias/presentacion_anuario_madrid.htm). Acesso em 22 de mar. de 2021.

HAMEL, Rainer Enrique. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. **Iztapalapa 29** (Políticas del Lenguaje en América Latina), 1993.

\_\_\_\_\_. L'apparition de nouvelles politiques linguistiques dans les blocs régionaux: le cas du MERCOSUR en Amérique du Sud. In: MAURIS, Jacques (org.). **Terminogramme**, 99-100 (Géostratégies des langues). Québec: Automne, 2001, pps. 129-160.

\_\_\_\_\_. Regional blocs as a barrier against english hegemony? The Language Policy of Mercosur in South America. In: MAURIS, J; MORRIS, M. A. (orgs.). **Languages in a globalising world.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pps. 111—142.

\_\_\_\_\_. **Language empires, linguistic imperialism, and the future of global languages.** Universidad Autónoma Metropolitana, Department of Anthropology. México, D.F., 2005.

IDIOMAS Oficiais. **Parlamento do Mercosul.** Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/4499/2/parlasur/idiomas-oficiais.html>. Acesso em 23 de mar. de 2021.

LÍNGUA guarani se torna idioma oficial de trabalho do Parlamento do Mercosul. **Parlamento do Mercosul.** Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/8222/2/parlasur/lingua-guarani-se-torna-idioma-oficial-de-trabalho-do-parlamento-do-mercossul.html>. Acesso em 29 de mar. de 2021.

MERCOSUL. **Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 35, de 2006.** Incorporação do Guaraní como Idioma do MERCOSUL. Brasília, 2006. Disponível em: [https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/10443\\_DEC\\_035-2006\\_PT\\_Idioma%20Guarani.pdf](https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/10443_DEC_035-2006_PT_Idioma%20Guarani.pdf). Acesso em 9 de fev. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Página oficial do Mercosul.** Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em 19 de mar. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Documentos da reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos.** Disponível em <https://www.raadh.mercosur.int/pt-br/documentos/>. Acesso em 30 de jul. de 2021.

MERCOSUR. **Sítio oficial del Mercosur.** Disponível em: <https://www.mercosur.int/>. Acesso em 19 de mar. de 2021.

MERCOSUR. Reunión de Altas Autoridades sobre Derechos Humanos. **Página oficial da RAADH.** Disponível em: <https://www.raadh.mercosur.int/gn/>. Acesso em 20 de mar. de 2021.

O Parlamento. **Site do Parlamento do Mercosul.** Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/8029/2/parlasur/sobre-o-parlamento.html>. Acesso em 18 de mar. de 2021.

QUE es el sector educativo del Mercosur. **Mercosur Educativo.** Disponível em: <http://edu.mercosur.int/es-ES/institucional/o-que-e.html>. Acesso em 23 de fev. de 2021.

REUNIÕES e documentos oficiais. **Site do Mercosul.** Disponível em: <https://documentos.mercosur.int/>. Acesso em 20 de abr. de 2021.

TEXTOS fundacionais. **Site do Mercosul.** Disponível em <https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/textos-fundacionais/>. Acesso em 15 de abri. de 2021.

TEXTOS fundacionales. **Site do Mercosur.** Disponível em: <https://www.mercosur.int/documentos-y-normativa/textos-fundacionales/>. Acesso em 18 de mar. de 2021.

VARENNE, Fernand de. Language policy at the supranational level. In: SPOLSKY, B. (org.). **The Cambridge handbook of language policy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pps. 149-173.

WILLIAMS, Colin H. Language policy, territorialism and regional autonomy. In: SPOLSKY, B. (org.). **The Cambridge handbook of language policy.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pps. 174-202.

ZARRATEA, Tadeo. **El guaraní: la lengua americana más viable,** 2008. Disponível em: [https://www.euskara.euskadi.eus/r59-bpeduki/es/contenidos/informacion/artik27\\_1\\_zarratea\\_08\\_10/es\\_zarratea/artik27\\_1\\_zarratea\\_08\\_10.html](https://www.euskara.euskadi.eus/r59-bpeduki/es/contenidos/informacion/artik27_1_zarratea_08_10/es_zarratea/artik27_1_zarratea_08_10.html). Acesso em 15 de mar. de 2021.